

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

9ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2018

Data: 13 de dezembro de 2018

Horário: 9h00

Local: Auditório da Secretaria da Habitação - Rua Boa Vista, 170 - 15º andar - São Paulo- Centro - SP.

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

Luiz Fernando Carneseca	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Daniel Jesus de Lima	Empresa Metrp. Águas e Energia - EMAE
Gilson Gonçalves Guimarães	Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
Helio Rubens Figueiredo	SABESP
Laura Stela N. Perez	Secretaria do Meio Ambiente - SMA
Monica Therezinha Rossi	CDHU
Letícia Roberta Trombeta	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
Gerson Salviano A. Filho	IPT
Augusto O. Leite	Secretaria de Logística e Transportes-IDH
Paulo Sérgio de Almeida Leme	Secretaria da Fazenda
Suellen França Lima	Fundação Florestal

SEGMENTO MUNICÍPIOS

José R. P. Tostes	Mairiporã
Miguel Reis Afonso	Suzano
Vanessa C. Duarte Apolinário	Santana de Parnaíba
Solange Wuo F. Ribeiro	Salesópolis
Humberto R. da Silva	S. B. do Campo

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Francisco de Assis R. Além	FIESP – São Paulo
Jorge L. Silva Rocco	CIESP
Jorge H. Nicareta Rosa	UMC
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP – Guarulhos
Juliana Geseira	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
Vanessa L. N. Dias	SINDUSCON
Marcelo Sampaio	SINDPEDRAS
Francisca Adalgisa da Silva	APU – SABESP
Amauri Pollachi	APU – SABESP

38 Shindi Kiyota UNIAGUA

39 **CONVIDADOS PERMANENTES**

40 Leandro Henrique F. Leme	Ministério Público Estadual
41 Ana Sedlacek	FABHAT
42 Mayara A. Trivinho	FABHAT
43 Valburg S. Santos Jr.	FABHAT
44 Fernanda G. Del Sole	FABHAT

45 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

46 **1. Abertura.** O Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto
47 Tietê-CBH-AT, Francisco de Assis R. Além (FIESP) abriu a reunião
48 constatando existência de quórum e agradecendo a presença de todos.

49 **2. Leitura, discussão e votação da ata 8ª Reunião Plenária de 2018,**
50 **de 05/09/2018. A ata foi aprovada por unanimidade.** **3. Expediente,**
51 **Comunicações e Ordem do Dia.** O Secretário Executivo do Comitê
52 CBHAT, Luiz Fernando Carneseca (DAEE) comunicou os expedientes
53 que foram enviados e recebidos desde a última plenária do Comitê,
54 disponibilizados no site SIGRH no endereço
55 <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhat/documentos.de2018.pdf>.

56 **4. Deliberações. 4.1. Aprova o parecer técnico sobre o EIA RIMA da**
57 **Ampliação do Aterro Sanitário CDR Pedreira em Guarulhos.**
58 **Aprovado pela Deliberação CBH-AT Nº 62 de 13/12/2018 com a**
59 **supressão dos itens 3.6 e 3.7 do parecer técnico.** Amauri Pollachi,
60 Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação
61 (CTPA) apresentou, com as seguintes recomendações estabelecidas no
62 item 3 do parecer da CTPA para prosseguir o processo de licenciamento
63 ambiental: 3.1-Especificar detalhadamente o monitoramento da
64 qualidade das águas, contendo um plano de ação de contingência para
65 situações de constatação de contaminação; 3.2-Realizar as
66 compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento,
67 caso exigidas, nas proximidades ao empreendimento, em especial a
68 APA Cabuçu-Tanque Grande; 3.3-Protetger devidamente as
69 canalizações de drenagem contra infiltrações; 3.4-Implantar um sistema
70 de aproveitamento de água da chuva para aspensão de vias do aterro
71 sanitário; 3.5-Implantar um sistema de reuso para aproveitamento das

72 águas cinzas referente ao banho dos funcionários, os lavatórios, etc,
73 para as descargas dos sanitários.3.6-Intensificar a redução da
74 quantidade de resíduos depositada no aterro mediante ações de coleta
75 seletiva e de reciclagem conforme previsto na PNRS; 3.7-No decorrer
76 da operação:3.7.1-inserir no projeto a previsão de ampliação da
77 capacidade das unidades de compostagem, unidade de biodigestão
78 anaeróbica e de triagem de reciclagem;3.7.2-processar o resíduo
79 orgânico do Ceasa, de mercados e de feiras à parte do resíduo orgânico
80 de origem domiciliar e 3.7.3-utilizar o gás captado por sistemas de
81 drenagem para a geração de energia. Jorge Rocco (CIESP) fez
82 considerações, sobre o item 3.4 do parecer disse “existe essa
83 alternativa do ponto de vista operacional, porém a norma da ABNT
84 estabelece parâmetros então não sei como seria para um aterro
85 sanitário a viabilidade de exigir o escoamento de água de chuva para
86 aproveitamento, e isso não está previsto, então acho complicado
87 tecnicamente”, já sobre o item 3.5, seria viável, mas também
88 dependeria das recomendações de uma norma técnica e estudo de
89 viabilidade técnica-econômica, tendo muito claro a equipe técnica e o
90 responsável técnico para o tratamento atendendo normativas da ABNT
91 e do próprio CNRH. Sobre o item 3.6 disse que intensificar a redução da
92 quantidade de resíduos depositada no aterro mediante ações de coleta
93 seletiva e de reciclagem conforme previsto na PNRS, na política de
94 resíduos sólidos está estabelecido que a competência de coleta seletiva
95 e reciclagem é da municipalidade e o parecer sobre o EIA rima era uma
96 concessão de um empreendimento particular, pessoa jurídica. Do item
97 3.7 entendeu que também o assunto precisava de amadurecimento
98 inclusive junto às municipalidades, sobre o plano municipal de gestão
99 integrada dos resíduos sólidos, senão estariam levantando hipóteses,
100 novamente sem ter um olhar técnico, além do que estava previsto não a
101 captação, mas a queima pelo EIA rima, uma técnica aceitável. Solange
102 Wuo (P.M de Salesópolis) ponderou que na Câmara técnica surgiu a
103 proposta do tratamento dos resíduos, mas o objeto em consideração era
104 sobre um aterro, “na verdade na política a evolução seria o tratamento,
105 um desejo de todos”, mas não conseguiriam transformar em uma central
106 de tratamento. Os itens 3.4 e 3.5 os termos “implantação” foram
107 substituídos por “avaliar a implantação”. Os itens 3.6 e 3.7 foram
108 retirados. **4.2. Aprova o parecer técnico sobre o EIA/RIMA**

109 **Implantação do BRT Metropolitano Perimetral Alto Tietê.** Aprovado
110 pela Deliberação CBH-AT Nº 63 de 13/12/2018 de 13/12/2018 com a
111 supressão do termo “do entorno” de APM ou APRM, no item 3.1 do
112 parecer técnico. Amauri também apresentou, em síntese, a principal
113 questão levantada pela CTPA foi sobre a possibilidade de
114 assoreamentos causados por erosões agravando a situação dos
115 sistemas de drenagem já implantados na região, e apontou que em
116 relação aos impactos foram propostos uma série de programas
117 ambientais como o Gerenciamento de Áreas Contaminadas;
118 Gerenciamento de Resíduos; Educação Ambiental (EA); Controle de
119 Processos Erosivos; Plano de Manejo Arbóreo e Controle de Supressão
120 de Vegetação. A CTPA recomendou para prosseguir o processo de
121 licenciamento ambiental: Que o reassentamento ou realocação das
122 famílias afetadas diretamente pela execução do empreendimento
123 observe como parâmetro a sua implantação em áreas não situadas em
124 regiões protegidas, inclusive fora do entorno de APM ou APRM,
125 atendidos os critérios para remoções involuntárias definidos nas
126 legislações federal, estadual e municipal; e que as compensações
127 ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas
128 à aplicação nas Unidades de Conservação mais próximas da Área
129 Diretamente Afetada (ADA) e que apresentam maior suscetibilidade à
130 expansão urbana ou cuja implantação ainda está em fase inicial. O
131 termo “do entorno” de APM ou APRM gerou debates, chegando a ser
132 decidido por votação definindo a supressão do termo. **4.3. Aprova**
133 **critérios para análise e hierarquização para financiamento com**
134 **recursos do FEHIDRO 2019.** Aprovado pela Deliberação CBH-AT Nº
135 63 de 13/12/2018. Josué Barranco, Coordenador da Câmara técnica
136 gestão e investimentos (CTGI) apresentou, em síntese, a CTGI se
137 reuniu por cerca de dez vezes para chegar no consenso. Enfatizou que
138 trabalharam baseados nas ações prioritárias do Plano de Bacia. No
139 Artigo 8º estabeleceram as bases de definição por critério matemático
140 introduzindo o fator K como prioridade de acordo com o exposto no
141 Anexo II. No Artigo 12, a novidade que a FABHAT poderá ser tomadora
142 de recursos para 2019, somente para empreendimentos considerados
143 prioritários, como a elaboração de um plano de Educação Ambiental
144 (EA) para toda a bacia. Que, logo nas primeiras semanas de fevereiro
145 realizarão uma oficina técnica tendo como público os tomadores de

146 projetos. A introdução do fator K, como apoio às decisões de gestão,
147 contou com a colaboração de Marcos Paulo Lallo Sartori fruto de sua
148 tese pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, na Faculdade
149 de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo Recursos Hídricos,
150 Energéticos e Ambientais, com orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos
151 Zuffo, como Método para elaboração de critérios de investimentos a ser
152 utilizado em Comitês de Bacias Hidrográficas, Marcos disse “em resumo
153 o K é um coeficiente ponderador, que multiplica a somatória das notas
154 técnicas mais a nota de gestão, e esses valores variam de 1 a 0.56,
155 sendo o 1 as mais preferíveis de acordo com o Plano, estabelecidas de
156 acordo com 5 critérios base: I-ações imediatas para 2019; II-ações
157 FEHIDRO prioridade sobre as ações setoriais; III-ações em APM e
158 APRM; IV- ações relacionadas à esgoto nos municípios com menor taxa
159 de coleta e V- ações relacionadas a perdas de distribuição de água, os
160 municípios com perdas maiores têm prioridades (...) as notas do K,
161 foram definidas por meio de comparações relativas efetuadas pelos
162 integrantes da CTGI, e por fim observando o trabalho da Câmara
163 técnica o fator K proporciona alinhamento dos empreendimentos
164 financiados pelo FEHIDRO com as ações do plano de bacia.”
165 Atendendo o questionamento de Solange sobre os sistemas de
166 drenagem Gilson Gonçalves Guimarães (CETESB), disse que na
167 Oficina proposta, com os Agentes Técnicos e possíveis tomadores,
168 tinham também a intenção de trabalharem com o Plano Diretor de
169 Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê-PDMAT e, Josué disse que
170 estava contemplado no Quadro II da Deliberação, Ações relacionadas
171 no PBHAT passíveis de investimento no item II do artigo 1º pelo item 7.2
172 Execução de projetos e obras estruturais previstas no PDMAT 3.
173 Solange também considerou que a gestão no Comitê avançou para
174 melhor entendimento do tema da Educação Ambiental, disse “mas o
175 FEHIDRO como um todo está com uma visão anterior, a questão que
176 veio à tona, depois que os projetos saem do Comitê indo para os
177 Agentes técnicos, nos deparamos com uma realidade em que somente
178 um Agente técnico terá que avaliar o empreendimento, possivelmente
179 se for uma obra é um Engenheiro que não tem nenhuma formação na
180 área de educação ambiental e o FEHIDRO do jeito que está não abre
181 possibilidades de ter dois Agentes técnicos (...) Então temos a
182 necessidade de fechar o plano de Educação ambiental do Comitê, um

183 anseio que veio de todos os Comitês conforme ocorreu no Diálogo
184 Interbacias, (...) o pedido é para termos logo essas diretrizes do
185 CRH com o olhar desse Comitê para esses projetos e que nesses dois
186 anos aprovamos, porque é muito assustador pensar por exemplo em
187 dois projetos, que seria de plantio, restauração, recuperação, em Mogi e
188 Salesópolis, que está também nessa linha da EA, e de repente lá na
189 frente ter problema com o Agente Técnico.” Vanessa Cristina (P.M de
190 Santana de Parnaíba) questionou se não poderiam solicitar ao
191 FEHIDRO alterar a análise de projetos em EA. Josué disse que deveria
192 constar do MPO e, Laura Stela Naliato Perez (SMA) disse que a
193 Câmara Técnica poderia solicitar para o Comitê requerer ao FEHIDRO.
194 Francisca Adalgisa da Silva (APU Sabesp), Coordenadora da Câmara
195 técnica de educação ambiental-CTEA, disse que encaminharam
196 sugestões, mas nenhuma foi acatada, inclusive a sugestão de incentivar
197 a apresentação de ações em educação ambiental nos projetos de
198 educação ambiental, de ações, não de projetos, porque dessa forma
199 não implicaria na apresentação de dois projetos. Questionou também
200 sobre o envio de um projeto em educação ambiental, pois foi
201 comunicado o não recebimento, então deveria ser averiguado se o
202 projeto desapareceu do sistema, e tomarem as devidas providências.
203 Solicitou para constar em ata que estava solicitando esclarecimentos
204 sobre a revisão do Manual Operacional-MPO-FEHIDRO, pois foi um
205 projeto com custo muito caro, R\$ 1 milhão, e até agora não tinha sido
206 apresentado nenhum resultado, nenhum produto. Informou que o CRH
207 iria deliberar na próxima reunião as diretrizes para elaboração dos
208 planos de educação ambiental para os Comitês de bacia e, como
209 representante da Sociedade civil, tomaria posse no dia 19 de dezembro
210 como representante da Coordenadoria estadual de educação ambiental,
211 o que era mais um motivo para o Comitê lançar um olhar efetivo para a
212 educação ambiental. Sobre a Deliberação, sugeriu que para conceder
213 investimentos a projetos o sentido correto no uso de recursos seria
214 priorizar uma região que recebeu infraestrutura de esgoto e não se
215 conectou à rede, caberia investimento em educação ambiental, assim
216 como havia ações específicas para outras demandas como o uso
217 correto da rede coletora, e apontou que na Deliberação não havia
218 nenhum indicador para tanto, disse: “também vimos que o Anexo 8 para
219 educação ambiental foi suprimido, na sua totalidade, os critérios, o que

220 era um pouco distinto, mas como vocês já colocaram que está pronto,
221 manifesto a minha contrariedade sobre a supressão porque lá havia
222 diretrizes para a elaboração de projetos em educação ambiental.
223 Estamos nivelando a análise desse projeto como se estivesse olhando
224 para um projeto técnico, o que perde em conteúdo.” Sobre a ausência
225 do projeto Ana Sedlacek (Secretaria Executiva do CBHAT/FABH-AT)
226 disse que os projetos foram encaminhados, mas comunicaram que não
227 receberam a documentação relacionada à educação ambiental, ou seja,
228 receberam os termos de referência, mas não o termo de referência de
229 educação ambiental, então a Secretaria Executiva encaminhou o
230 documento físico e o Agente técnico alega que não, em contrapartida o
231 COFEHIDRO disse que o Agente técnico está solicitando informações
232 ou complementações, mas a Secretaria não recebeu solicitação de
233 complementação por parte do Agente técnico que analisava a parte da
234 educação ambiental. Sobre o MPO o Vice-Presidente disse que
235 deveriam verificar quais as providências a serem tomadas e, Hélio
236 Suleiman (Diretor Presidente da FABHAT) disse que iriam solicitar
237 esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos de revisão do Manual
238 assim como maiores informações sobre o projeto de educação
239 ambiental em questão. A plenária entrou em debates, cujo inteiro teor
240 encontra-se na ata taquigrafada e, no tema se a educação ambiental
241 poderia ter um Termo de Referência específico, o plenário votou, por 11
242 votos foi aprovado que não seria incluído um Termo de Referência
243 específico, 5 votos foram contrários. Sem abstenção. Assim, devendo
244 constar no item d) As propostas deverão ser elaboradas em
245 consonância com os roteiros técnicos preparados pelos agentes
246 técnicos, conforme consta no item 4.1.1.1 do MPO, disponíveis em
247 [https://www.ambiente.sp.gov.br/fehidro/roteiros;www.sigrh.sp.gov.br/cbha](https://www.ambiente.sp.gov.br/fehidro/roteiros;www.sigrh.sp.gov.br/cbhat)
248 [t.](https://www.ambiente.sp.gov.br/fehidro/roteiros;www.sigrh.sp.gov.br/cbhat) Também votaram a redação do item 8.2-Promoção de campanhas de
249 conscientização da população quanto à necessidade de ligação à rede
250 de esgotamento sanitário. O item 8.2 foi aprovado por 12 votos e 6
251 contra. O Secretário Executivo considerou que seria importante a
252 redação formal no item 8, e nos demais pertinentes, que o Plano da
253 Bacia Hidrográfica do Alto Tietê foi aprovado por uma Deliberação CBH-
254 AT, devendo constar o número específico, referente à abril de 2018.
255 Coube à Secretaria Executiva a correta complementação. Pela redação
256 final do item d) Para estudos, projetos, pesquisas e atividades afins:

257 Termo de Referência, conforme, Anexo I desta deliberação. E no
258 Quadro VII. Calendário FEHIDRO 2018 um Parágrafo único: Este
259 calendário poderá ser alterado mediante a deliberação do
260 CRH/COFEHIDRO. **5. INFORMES. 5.1 Plano de trabalho; Plano de**
261 **Aplicação e Plano de Ação e Programas de Investimentos –**
262 **FABHAT para o exercício de 2019.** Hélio Sulleiman (FABHAT)
263 apresentou, sucintamente, o plano foi aprovado pelo Conselho da
264 FABH-AT no dia 26 de outubro de 2018, com as metas e ações
265 estabelecidas para atingir o índice de 75%, aproximadamente 27 ações
266 dividido pelas áreas técnica, a de apoio ao Comitê e a administrativa. A
267 metodologia estabelecidas foi o PDCA, um ferramental da política de
268 qualidade continua que significa Planejar, Executar, Verificar e Agir. O
269 cronograma de follow up será bimestral verificando o andamento dos
270 trabalhos, agindo rapidamente e corrigindo se necessário. **5.2**
271 **Empreendimento FEHIDRO 2010-AT-542: Mapeamento de áreas**
272 **com potenciais riscos de contaminação das águas subterrâneas da**
273 **UGRHI-06 e suas regiões de recarga”.** O projeto foi concluído em
274 2003-14, onde a FABH-AT tomadora, e resta ainda o encaminhando
275 para dar publicidade ao projeto na interface com a Vigilância Sanitária,
276 DAEE e CETESB, também deverá passar ainda por todas as instâncias
277 do Comitê para depois entrar no Plano. **5.3. Plano de trabalho 2018.**
278 Os principais resultados foram (i) em julho terminaram o termo de
279 parcelamento das negociações com a SABESP relativo à cobrança
280 2014 a 2016 e Semasa, (ii) pelas atualizações no cadastro da cobrança
281 320 usuários entregaram seu volume declarado, significa um aumento
282 de 49% dos usuários fornecendo informação, sendo 70%
283 aproximadamente de perfil urbano e 30% industrial, (iii) ainda sobre o
284 processo de aprimoramento do cadastro da cobrança, atualmente
285 composto aproximadamente por 3100 usuários, foram emitidos os
286 boletos, mas 460 boletos retornaram devolvidos pelos correios, gerando
287 alto custo, mas já realizaram as ações corretivas, (iv) sobre os
288 inadimplentes já remeteram as informações consolidadas para a dívida
289 ativa e o Cadim. **5.4. Apresentação dos Logos FABHAT e CBH-AT.**
290 Foram apresentados os novos logotipos na concepção para a FABHAT
291 com as 6 subbacias integradas e a Agência como ente mediador do
292 Comitê e seus 6 Subcomitês. Para o Comitê, o azul da água e o verde
293 das áreas de proteção, identificando também os três segmentos

294 componentes do Comitê. **6. Outros assuntos.** Ana Sedlacek atualizou
295 as informações do processo eleitoral da sociedade civil apresentando a
296 quantidade de vagas de cada categoria e as entidades que se
297 inscreveram e foram consideradas habilitadas. Que foi encerrada a
298 apresentação de recursos, pela segunda instância, somente a
299 Universidade USCS apresentou recurso, foi considerada habilitada
300 compondo a categoria Universidades juntamente com a UFABC,
301 Unifesp e Senac. Compondo a categoria ONGs o Movimento em defesa
302 da vida-MDV, ECOar, Engelab, Associação Ecológica amigos do Embu,
303 MediaLab São Paulo, Instituto SIADES e UNIÁGUA. O próximo passo
304 será a divulgação das entidades habilitadas e não habilitadas, a
305 realização da assembleia da sociedade civil no prazo até fevereiro de
306 2019, decidindo sobre suas vagas para titulares e suplentes, e ainda a
307 posse, em março. Laura Stela Naliato Perez (SMA) disse que deveriam
308 se antecipar e de forma organizada decidirem sobre a renovação do
309 mandato do Presidente da FABH-AT que venceria em fevereiro de 2019
310 reconduzindo como Diretor Presidente da FABHAT Hélio Suleiman.
311 Tendo sido cumprida a pauta de trabalhos e não havendo mais
312 assuntos, o Secretário Executivo, o Diretor Presidente da FABHAT e o
313 Vice-Presidente do Comitê, agradeceram a todos pela colaboração do
314 colegiado, desejando boas festas e feliz 2019. O Vice-Presidente deu
315 por encerrada a reunião. Esta Ata constitui o resumo dos registros da
316 Ata completa, que contém o inteiro teor desta 9a. reunião Extraordinária,
317 e foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com revisão da
318 Secretaria Executiva do CBH-AT.

319 **José Auricchio Júnior**
320 Presidente do CBH-AT

321 **Luiz Fernando Carneseca**
322 Secretário Executivo do CBH-AT